

11	Elaboração de Minuta de Edital, de Minuta de Contrato, de Minuta de Ata de Sistema de Registro de Preço (SRP), de Minuta de Termos de Dispensa de Licitação, e Minuta de Termo de Inexigibilidade de Licitação, conforme o processamento da compra e contratação pública, e de documentações comprobatórias necessárias à comprovação de competência dos atos administrativos e da legalidade do processo de compra, em conformidade ao regramento jurídico vigente. Caso seja possível, com base na legislação, a substituição da formalização do contrato administrativo para o estabelecimento das regras de negócio nas modalidades de aplicação do orçamento fiscal, pela nota de empenho e ordem de serviço ou de qualquer outro instrumento negociável, deverá constar a decisão em despacho no processo administrativo, devendo ocorrer sua publicação como eficácia do ato administrativo, garantindo sua publicidade e transparência, no prazo estabelecido em legislação vigente	DAL e CPL
12	Todas as documentações estão numeradas sequencialmente e rubricadas (OCI-02 CBMPA item 2)	TODOS OS SETORES ENVOLVIDOS
13	Parecer Jurídico	COJ
14	Processamento da compra pela forma legal de contratação, indicada pelo Ordenador de despesa, que em regra, é precedida pela licitação, por meio, de sessão pública, e que nos casos de Pregão na forma eletrônica, e na forma de SRP, e no sistema de cotação eletrônica, a compra deverá ser processado pela rede mundial de computadores (internet), as exceções à regra, devem observar aquelas dispensadas por Lei, ou as dispensáveis em razão do pequeno valor, em razão de situações excepcionais, em razão da pessoa a ser contratada, em razão do objeto a ser contratado, e quando se tratar de Inexigibilidade de Licitação, devendo, quando possível ou em atendimento ao regramento jurídico efetivar sua publicação em Diário Oficial do Estado do Pará (DOE), observando os prazos de cada etapa previsto na fase externa da licitação, garantindo o atendimento aos princípios da legalidade, moralidade, isonomia, economicidade e publicidade dos processos de compras e contratações públicas no âmbito do CBMPA	DAL e CPL
15	Adjuicação e Homologação do certame, quando o processamento da compra ocorrer em sessão pública, assegurando a legalidade de todos os atos administrativos no processo de compra, observando a inversão da fase nas licitações tradicionais	DAL, CPL e Ordenador
16	Contratação assinada, Ata assinada em caso de SRP, Designação, por meio de PORTARIA, dos fiscais ou comissão fiscalizadora para gestão do contrato administrativo, Termos de Inexigibilidade ou de Dispensa de Licitação assinados, conforme legislação, sendo que os Termos, quando assinados pela autoridade competente, dispensa a ratificação da despesa, publicação dos referidos extratos para eficácia do contrato, observado o prazo de publicação expresso na Constituição do Estado do Pará.	DAL e CPL
17	Processo de pagamento da despesa	FISCAL, DAL, Almo-xarifado, DF, CPCI, Ordenador

ANEXO II – CHECK-LIST DE DOCUMENTOS PARA PROCEDIMENTOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO ÂMBITO DO CBMPA

DOC	DOCUMENTO	SEÇÃO RESPON-SÁVEL	OPÇÕES	1. OBSERVAÇÕES 2. RESPONSÁVEL
1	Capa do sistema de Procedimento eletrônico (PAE)	Setor Demandante	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
2	Documento de origem (Justificativa da contratação)	Setor Demandante	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
3	Termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto e estudo técnico preliminar	Setor Demandante	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
4	03 (três) pesquisas de preços válidas, em papel timbrado, assinadas e em conformidade com o TR Val.1ª Proposta: _Val.2ª Proposta: _Val.3ª Proposta: _	Setor Demandante	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
5	Mapa Comparativo de Preços (planilhas de custo)	DAL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
6	Rotina de Análise (Anexo I desta PORTARIA)	DAL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
7	Check-list de documentos (Anexo II desta PORTARIA)	DAL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
8	Dotação Orçamentária (garantia da reserva orçamentária) com definição de UG e fonte	DF	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
9	Autorização do Ordenador de Despesa com a definição de Modalidade de Licitação	Ordenador	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
10	Minuta de Contrato, instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme caso	DAL e CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
11	Designação do pregoeiro e equipe de apoio	Ordenador	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
12	Minuta de Edital e outros documentos	DAL e CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
13	Parecer Jurídico homologado	COJ	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
14	Autorização da abertura de licitação	Ordenador	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
15	Comprovante de publicação do Aviso de Licitação	CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
16	Edital e respectivos anexos, quando for o caso	DAL e CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____

17	Ata da sessão pública contendo os seguintes registros: a os licitantes participantes; b as propostas apresentadas; c os avisos, os esclarecimentos e as impugnações; d os lances ofertados, na ordem de classificação; e a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso; f o julgamento da proposta de preço; g a habilitação; h a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação; i os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e j o resultado da licitação;	CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
18	Documentos de Habilitação da empresa Vencedora: 1 Cadastro SICAF ou documentos referentes ao cadastro; 2 Declaração da empresa vencedora do certame licitatório de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará; 3 Declaração que possui as condições operacionais para o cumprimento do objeto e que está ciente de todas as exigências relativas ao mesmo; 4 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; 5 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); 6 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 7 Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; 8 Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 9 regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata; 10 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; 11 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; 12 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um); 13 Atestados de capacidade técnica em papel timbrado da entidade emitente devendo ser fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a empresa cumpriu o relacionado com o objeto da licitação, contento pelo menos 50% objeto compatível com a presente licitação, com no máximo 02 (dois) ano de expedição a contar da data da publicação do edital;	DAL e CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____
19	Comprovante de publicação do resultado da licitação e Ata SRP	CPL	() () Sim Não	1. _____ 2. _____